

Aviso de  
**CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**Nº 001/2024**

**CONTRATANTE (UASG)**

**102304 – UNESP – Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara**

**OBJETO**

**AQUISIÇÃO DE CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO, TRADICIONAL.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**

**DATA DA SESSÃO**

**Dia 29/05/2024**

**HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

**Das 09h00 até 14h00 (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**Menor preço por item**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

### Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	2
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	5
4. FASE DE LANCES.....	8
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	9
6. HABILITAÇÃO.....	10
7. CONTRATAÇÃO.....	11
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	12
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DO CAMPUS DE ARARAQUARA**

### AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

(Processo Administrativo n.º 188/2024)

Torna-se público que a UNESP – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, por meio da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos.

**Data da sessão:** 29/05/2024

**Horário da Fase de Lances:** 09h00 às 14h00

**Link:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Critério de Julgamento:** menor preço

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1.O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **aquisição de CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO, TRADICIONAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1.2.O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1.A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1.O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2.O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3.O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

2.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica relativas a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**2.3.1.** *Para o item, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas neste item 3), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

**2.3.1.1.** *O tratamento favorecido a que se refere o item anterior fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

2.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.4.3.2. O impedimento de que trata a alínea "c" acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.5. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

**2.5.1.** *Em sendo permitida a participação de cooperativas, os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos a cooperativas que atenderem ao disposto no [art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007](#), observando-se os limites previstos no [art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.6.1. A vedação de que trata o item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. *Não poderão participar desta dispensa de licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.*

### 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto (se a indicação de marca pelo fornecedor for exigida neste Aviso), e o preço ou o desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso), vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Independentemente do percentual de tributo que constar da planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto a ser contratado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
- 3.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 3.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991](#).
- 3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);
- 3.9. O fornecedor organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

3.10.O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos [§§ 2º e 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado no item subsequente.

3.10.1.Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10.2.Na hipótese de se verificar a exceção especificada no item anterior, o fornecedor deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.11.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, ficará facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso), obedecendo às regras das subdivisões desta disposição.

3.11.1.Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.

3.11.1.1.Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.11.2.O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

**3.11.3.**O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso para os demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos pelos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### 4. FASE DE LANCES

4.1.A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

4.2.Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item (conforme o critério de julgamento definido neste Aviso).



## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

- 4.3.O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso) ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1.O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2.O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.
- 4.4.Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5.Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6.Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso), vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7.Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1.O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

### 5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1.Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), poderá haver negociação de condições mais vantajosas.
- 5.1.1.Na hipótese a que se refere o item anterior, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 5.1.2.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto mínimo definido para a contratação.
- 5.2.Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3.Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.
- 5.3.1.** Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta será convocado para encaminhar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.
- 5.4.Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação



## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

correlata, e no item 3 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 5.4.1.SICAF;
- 5.4.2.Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 5.4.3.Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 5.4.4.Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 5.4.5.Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 5.4.6.Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 5.4.7.Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 5.5.A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6.Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018](#), art. 29, *caput*, c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#))
  - 5.6.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018](#), art. 29, §1º, c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
  - 5.6.2.O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018](#), art. 29, §2º, c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
  - 5.6.3.Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7.Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.
- 5.8.Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 5.8.1.contiver vícios insanáveis;
  - 5.8.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;
  - 5.8.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo que tenha sido definido para a contratação;
  - 5.8.4.não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.8.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanável.
- 5.9.Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 5.9.1.for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 5.9.2.apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10.Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
  - 5.11.1.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.11.2.Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12.Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13.Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14.Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15.Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Aviso como Anexo considerando o objeto do procedimento, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do fornecedor classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Aviso.
- 5.16.Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

### 6. HABILITAÇÃO

- 6.1.Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.2.A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.
  - 6.2.1.É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
  - 6.2.2.O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3.Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio

## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024**

do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º, do [Decreto estadual nº 68.304, de 2024](#)).

- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 6.10. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

### **7. CONTRATAÇÃO**

- 7.1. O adjudicatário terá o prazo de 02.(dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para confirmar o recebimento do instrumento contratual ou instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
  - 7.1.1. O prazo para formalização da contratação previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
  - 7.1.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto no subitem acima importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
  - 7.1.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:
    - 7.1.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
    - 7.1.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Aviso e seus Anexos e à sua proposta;
    - 7.1.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

**7.1.3.4.** de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**7.1.3.5.** dos direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**7.1.3.6.** de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

### 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

8.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 deste Aviso defina dispensa de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

8.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**8.1.12.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**8.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito às seguintes sanções, após regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, em conformidade à Portaria UNESP nº 135/2023, Anexo II deste Aviso:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1. a 8.1.12., calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento;

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das infrações previstas nos subitens 8.1.2. a 8.1.7. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8. a 8.1.12., bem como nos casos dos itens 11.1.2 a 11.1.7 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;
- 8.3.A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 8.4.As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5.Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 8.6.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida neste Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.7.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- 8.8.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.8.2.as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.8.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.8.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 8.8.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.9.A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 deste Aviso defina dispensa de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.
- 8.10.As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 8.11.Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024

tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.12.A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.14.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1.No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente Aviso com uma nova data;
- b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;
- c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

9.1.1.No caso da alínea "b" do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.2.As providências das alíneas "a" e "b" do subitem acima também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.2.Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

9.2.1.O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

**9.2.2.**Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: [materiais.fclar@unesp.br](mailto:materiais.fclar@unesp.br).

9.2.3.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024**

- 9.2.4.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.2.5.O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.3.Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.3.1.Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.
- 9.4.Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5.Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7.Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8.No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9.As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10.Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11.Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12.Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 9.13.Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 9.13.1.ANEXO I – Termo de Referência;
- 9.13.2.ANEXO II – Portaria UNESP nº 135/2023;
- 9.13.3.ANEXO III – Modelo de Planilha de Proposta;



## *AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2024*

Araraquara-SP, 22 de abril de 2024.

**FELIPE SIQUEIRA GUERMANDI**

Diretor Técnico Administrativo Substituto  
Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara  
FCL/CAr

# Termo de Referência 17/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2024	102304-ESP-UNESP-FACUL.CIENCIAS LETRAS-C. ARARAQUARA	RENATA CRISTINA CARDOSO	23/04/2024 14:40 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		188/2024

## 1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de CAFÉ TORRADO E MOÍDO, TRADICIONAL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Café em pó, torrado e moído, Tradicional; predominantemente Arábica, torra média, embalagem tipo vácuo, pureza e qualidade comprovadas por meio do “Programa de Qualidade do Café – PQC”, conforme site da ABIC. Validade mínima de 08 (oito) meses a partir da data de entrega.  Referência: marcas Evolutto / Pilão, similar ou superior.	463587	Pacote 500g	500	R\$ 14,00	R\$ 7.000,00

- 1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 7 (sete) dias contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. No ato da entrega da nota de empenho será oferecido maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência da contratação.

### Subcontratação

1.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A presente aquisição se justifica pela necessidade de reposição de *café torrado e moído* para suprir as áreas da Faculdade de Ciências e Letras/CAR. A oferta desse item à comunidade universitária e convidados demonstra cortesia e visa atender aos anseios e as necessidades habituais das pessoas.

2.2. A quantidade relacionada é o resultado da consolidação de levantamento realizado para fornecimento durante 6 (seis) meses, evitando a manutenção de estoques elevados e eventuais deteriorações.

2.3. O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024 pela não obrigatoriedade desse para o corrente exercício.

## 3. Descrição da solução

3.1. A aquisição de CAFÉ TORRADO E MOÍDO, TRADICIONAL em consonância com as especificações da tabela "1. Definição do objeto" se faz necessária para atender à comunidade universitária e convidados da UNESP-FCL/CAR, otimizando recursos humanos e materiais.

3.2. A definição da quantidade, volume unitário e embalagem pautaram-se no consumo durante o fornecimento dos últimos 6 (seis) meses e na disponibilidade de espaço e condições de armazenamento, visando utilização do produto dentro do prazo de validade e sem qualquer alteração das disposições especificadas no presente Termo de Referência.

3.3. **Rótulo:** Deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. 1. Grupo: torrado e moído;
- b. 2. Informações da espécie de café,
- c. 3. Identificação do lote;
- d. 4. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- e. 5. Ponto de torra ou a classificação da torra;
- f. 6. Prazo de validade;
- g. 7. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário;
- h. 8. Volume ou peso líquido.

3.4. **Embalagem:** O material da embalagem em contato direto com o café deverá ser adequada, observando a legislação específica vigente.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto, quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

#### 4.1.1. Produção:

- a. 1. Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade aos normativos que tratam do tema.
- b. 2. As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema

#### 4.1.2. Distribuição:

- a. 1. Devem ser observados os normativos que dispõem sobre as boas práticas para distribuição e comercialização do café.

**4.1.3. Destinação final:**

Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós-consumo. A NBR 16182:2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

**Indicação de marcas ou modelos** (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 4.2. Marca de referência: Evolutto / Pilão, similar ou superior.

**Subcontratação**

- 4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. Modelo de execução do objeto**

**Condições de Entrega**

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 7 (sete) dias contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. O objeto deverá ser entregue no seguinte endereço: UNESP-Faculdade de Ciências e Letras/CAR, Almoxarifado (Prédio da Administração, Sala 29), Rodovia Araraquara-Jaú, km. 1, Campus Ville, Araraquara-SP, CEP 14800-901.
- 5.4. O prazo de validade na data de entrega não poderá ser inferior a 8 (oito) meses.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. Modelo de gestão do contrato**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica com disputa de preços, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a. 1. SICAF;
- b. 2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c. 3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d. 4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- e. 5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f. 6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g. 7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008..

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Conforme artigo 18 do Decreto Estadual nº 68.304 de 09 de janeiro de 2024, nos termos do inciso III do artigo 70 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, somente se exigirá, **para fins de habilitação**, a comprovação de regularidade perante a Fazenda Estadual e, adicionalmente, no caso das pessoas jurídicas, junto à Justiça do Trabalho e à Seguridade Social, nas contratações:

I - para entrega imediata, assim consideradas aquelas com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias contados da ordem de fornecimento;

II - em valores inferiores a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral;

III - de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea “c” do inciso IV do “caput” do artigo 75 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observado o limite de valor estabelecido no inciso III do artigo 70 do referido diploma legal.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 7.000,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme apostos na tabela do presente Termo de Referência.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da UNESP.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a. 1. Gestão/Unidade: UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara;
- b. 2. Fonte de Recursos: Tesouro Unidade;
- c. 3. Programa de Trabalho: 12.364.1043.5304;
- d. 4. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.10;
- e. 5. Plano Interno: não se aplica, a Unesp classifica a despesa até o nível da atividade.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JAMES REGINALDO RIBEIRO DA MOTTA**

Requisitante



*Assinou eletronicamente em 23/04/2024 às 14:34:20.*

**RENATA CRISTINA CARDOSO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 23/04/2024 às 14:30:52.*

**JEAN CRISTTUS PORTELA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 23/04/2024 às 14:37:43.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Portaria UNESP 135 - 2023Sancoes em Licitacoes.pdf (410.21 KB)
- Anexo II - Portaria Unesp n 136-2023 - Atribuicoes e Competencias (alterada pela Portaria Unesp n25-2024).pdf (346.96 KB)

**Anexo I - Portaria UNESP 135 - 2023Sancoes em  
Licitacoes.pdf**

**PORTARIA UNESP Nº 135 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNESP.**

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, expede a seguinte Portaria:

### **Capítulo I Das Disposições Preliminares**

**Artigo 1º** - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

### **Capítulo II Das Definições**

**Artigo 2º** - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal nº 14.133/2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I – Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

II - Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

III – Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

IV – Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento ou de execução.

V – Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 (dez) UFESPs.

VI – Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

### **Capítulo III** **Das Infrações**

**Artigo 3º** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Capítulo IV**  
**Das Sanções**  
**Seção I**  
**Das Espécies de Sanções**

**Artigo 4º** - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§1º** Na aplicação das sanções serão considerados:

1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

2 - as peculiaridades do caso concreto;

3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§2º** A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

**§3º** Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

**§4º** Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela



resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **Seção II**

### **Da Sanção de Advertência**

**Artigo 5º** - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## **Seção III**

### **Da Sanção de Multa**

**Artigo 6º** - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Artigo 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

I - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

II - Multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - Multa contratual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

a) Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento), calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;

b) Multa de mora de 0,4% (quatro décimos por cento) calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.

**§1º** Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

**§2º** As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

**§3º** A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratado.

**§4º** Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

**§5º** As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

- 1 – Descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;
- 2 – Compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;
- 3 – Cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.
- 4 – Cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 (trezentas) UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

**§6º** Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

**§7º** No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

**§8º** A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:

1 - Após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados.

2 - A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

3 - A contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

**§9º** O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 (quinze) dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

#### **Seção IV**

##### **Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 7º** - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**Parágrafo único** - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

#### **Seção V**

##### **Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 8º** - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V,

VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **Seção VI**

### **Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções**

**Artigo 9º** - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Artigo 10** - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

I - Nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado.

II - As sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada.

III - A Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV - A extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal n. 9.830/2019.

V - Para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal n. 4.657/1942, modificada pela Lei n. 13.655/2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal n. 9.830/2019 que o regulamenta.

## **Seção VII**

### **Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções**

**Artigo 11** - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

**Parágrafo único** - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual n. 10.177/1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

## **Seção VIII**

### **Dos Cadastros e Comunicações**

**Artigo 12** - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

**Artigo 13** - No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

**Parágrafo único** - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei nº 14.133/2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

**Artigo 14** - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de "Apenados" do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## **Capítulo V**

### **Das Disposições Finais**

**Artigo 15** - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 16** - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

**Artigo 17** – Permanecem regidos pela Portaria UNESP nº 6, de 13 de janeiro de 2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei nº 8.666/93 ou da Lei 10.520/2002.

**Artigo 18** - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Processo nº 1723/2021-RUNESP)

A handwritten signature in black ink, appearing to read "P. Barretti", is positioned to the left of the digital signature information.

Assinado de forma  
digital por PASQUAL  
BARRETTI:03443039855  
Dados: 2023.12.20  
13:52:58 -03'00'

**PASQUAL BARRETTI**  
**Reitor**

**Anexo II - Portaria Unesp n 136-2023 - Atribuicoes e  
Competencias (alterada pela Portaria Unesp n25-  
2024).pdf**



# **PORTARIA UNESP Nº 136, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Alterada pela Portaria 25/2024

Regulamenta o Artigo 7º e o § 3º do Artigo 8º da Lei Federal 14.133, de 1-4-2021 e estabelece as competências para elaboração do Plano de Contratação Anual e para os Processos Administrativos de Aquisições, Contratações e Sanções, com base na mesma lei, no âmbito da UNESP.

**O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP**, com fundamento nos incisos I, II, XIII, XIV, XV, XXI e XXIII do artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com os incisos II e III do artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no artigo 7º, no § 3º do artigo 8º e do inciso VII do artigo 12, todos da Lei Federal 14.133, de 1-4-2021, expede a seguinte **PORTARIA**:

## **CAPÍTULO I** **Das Disposições Preliminares**

**Artigo 1º** - Esta Portaria regulamenta o artigo 7º e o § 3º do artigo 8º da Lei Federal 14.133, de 1-4-2021, para promover gestão por competências e dispor sobre a atuação dos agentes perante os processos relacionados à Aquisições, Contratações e Sanções no âmbito da UNESP.

**Artigo 2º** - Em atendimento ao princípio da segregação de funções, é vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

**Parágrafo único** - A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput poderá ser ajustada em razão da consolidação das linhas de defesa, de que trata o artigo 169 da Lei Federal 14.133-2021, e das características do caso concreto, tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

**Artigo 3º** - Os agentes públicos designados para atuarem em licitações e contratos deverão observar as vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal 14.133-2021, bem como os princípios e objetivos previstos respectivamente no artigo 5º e 11 da mesma Lei.

## **CAPÍTULO II** **Das Autoridades Competentes e suas Atribuições**

### **SEÇÃO I** **Das Autoridades Competentes**

**Artigo 4º** - No âmbito da UNESP, são autoridades competentes para a prática de atos decisórios relativos às contratações fundamentadas na Lei Federal 14.133-2021, observada a gestão por competências estabelecida no Capítulo III desta Portaria:

- I** - o(a) Chefe de Gabinete do Reitor;
- II** - o(a) Pró-Reitor(a) de Planejamento Estratégico e Gestão;
- III** - os(as) Diretores(as) das Unidades Universitárias.

**Artigo 5º** - As atribuições das autoridades competentes, observarão a gestão por competências estabelecida nas seções subsequentes deste Capítulo

### **SEÇÃO II** **Das Competências do(a) Chefe de Gabinete do(a) Reitor(a)**

**Artigo 6º** - Fica delegada ao(à) Chefe de Gabinete do(a) Reitor(a), e a seu(sua) substituto(a) legal, a prática dos seguintes atos, quando no exercício de sua função:

**I** - determinar a abertura de apuração de responsabilidades nas hipóteses previstas pela Lei Federal 14.133-2021, ou sempre que constatadas irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato decorrentes de dolo, fraude ou erro grosseiro;

**II** - instituir comissão para condução de processo de responsabilização de que trata o artigo 158 da Lei Federal 14.133-2021;

**III** - avocar as competências dos demais agentes públicos, no âmbito da universidade, para a apuração de responsabilidades e aplicação de sanções;

**IV** - aplicar a sanção definida no inciso III do artigo 156 da Lei Federal 14.133-2021 e as sanções definidas nos incisos I e II do mesmo artigo de forma cumulativa quando cabível ou em avocação de competência;

**V** - dispensar a aplicação de sanções, mediante justificativa fundamentada;

**VI** - encaminhar ao(à) Reitor(a) da UNESP, para análise e decisão, recurso hierárquico interposto contra atos sancionatórios cuja decisão tenha sido de sua lavra e não tenha havido reconsideração de sua parte;

**VII** - aprovar o Plano de Contratações Anual da UNESP - PCAU.

**Parágrafo único** - A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 156 da Lei Federal 14.133-2021 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do(a) Reitor(a) da UNESP.

### **SEÇÃO III**

#### **Das Competências do(a) Pró-Reitor(a) de Planejamento Estratégico e Gestão**

**Artigo 7º** - Fica delegada ao(à) Pró-Reitor(a) de Planejamento Estratégico e Gestão, e seu(sua) substituto(a) legal, a validação do Plano de Contratações Anual da UNESP - PCAU, devidamente compatibilizado com o orçamento da UNESP.

**Artigo 8º** - O Pró-Reitor de Planejamento Estratégico e Gestão, e seu(sua) substituto(a) legal, será o responsável pela emissão do regulamento para elaboração do Plano de Contratações Anual pelas Unidades Gestoras da Unesp, através de Instrução Normativa.

### **SEÇÃO IV**

#### **Das Competências dos(as) Diretores(as) de Unidade Universitária**

**Artigo 9º** - Fica delegada aos(às) Diretores(as) de Unidades Universitárias, e aos seus(suas) substitutos(as) legais, a prática dos seguintes atos, no âmbito de suas unidades:

**I** - aprovar o Plano de Contratações Anual Setorial - PCA-Setorial;

**II** - declarar a disponibilidade de recursos orçamentários para as aquisições e contratações com os recursos do orçamento destinado à sua unidade;

**III** - designar os agentes de contratação, inclusive os pregoeiros, os leiloeiros, os integrantes da comissão de contratação e da respectiva equipe de apoio, assim como os gestores e os fiscais de contratos;

**IV** - definir o objeto do certame e autorizar a abertura da licitação, independente do valor estimado, justificando a necessidade de contratação, conforme cronogramas constantes do Plano de Contratação Anual - PCA, quando houver, estabelecendo:

**a)** as exigências de habilitação;

**b)** as sanções por inadimplemento;

**c)** os prazos e condições da contratação e de validade das propostas;

**d)** os critérios de aceitabilidade dos preços e de encerramento dos lances, quando aplicável;

**e)** os parâmetros para análise e avaliação de conformidade das propostas; e

**f)** as condições de prestação de garantia de execução do contrato.

~~V - autorizar a contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, nas hipóteses definidas nos artigos 74 e 75 da Lei Federal 14.133-2021;~~

V - autorizar a contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, nas hipóteses definidas nos artigos 74 e 75 da Lei Federal 14.133-2021 ou adjudicar e homologar a contratação direta por dispensa de licitação, realizada por meio de disputa eletrônica, nas hipóteses previstas no artigo 74 do mesmo diploma legal;

(Alterado pela Portaria 25/2024)

VI - conhecer e manifestar-se sobre recursos administrativos interpostos contra ato do agente de contratação, pregoeiro, leiloeiro ou comissão de contratação;

VII - após a decisão de eventuais recursos, determinar o saneamento, revogar ou anular o procedimento licitatório ou adjudicar o objeto e homologar a licitação;

VIII - assinar termos, instrumentos contratuais e instrumentos contratuais simplificados cujas hipóteses de aplicação são previstas no artigo 95 da Lei Federal 14.133-2021 (Carta-Contrato, Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho), e em relação a estes:

a) declarar nulidade do contrato e/ou decidir sobre sua eficácia em momento futuro;

b) autorizar a prorrogação, a alteração, o reajuste, a repactuação, o reequilíbrio econômico-financeiro e a rescisão ou extinção do contrato.

IX - em se tratando de Atas de Registro de Preços:

a) assinar as respectivas atas e seus aditamentos;

b) autorizar e firmar a adesão da unidade às atas de outros órgãos e entidades da UNESP;

c) autorizar a adesão de outros órgãos ou entidades da UNESP às atas de registros de preços da unidade.

X - conhecer e decidir pedido de recurso administrativo interposto contra atos sancionatórios emitidos pelo Diretor Técnico Administrativo;

XI - manifestar-se sobre a alienação de bens móveis cujo patrimônio esteja vinculado à unidade;

XII - autorizar a alienação de bens móveis em condições inservíveis ou sem uso, em conformidade com a Norma Patrimonial vigente;

XIII - determinar a abertura de apuração de responsabilidades nas hipóteses previstas pela Lei Federal 14.133-2021, ou sempre que constatadas irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato decorrentes de dolo, fraude ou erro grosseiro;

XIV - instituir comissão de processo de responsabilização de que trata o artigo 158 da Lei Federal 14.133-2021;

XV - atestar o cumprimento dos requisitos para a utilização de parecer jurídico referencial;

XVI - avocar as competências dos demais agentes públicos que lhe são subordinados;

XVII - subdelegar suas atribuições a outros agentes públicos, mediante Portaria da Unidade, a ser publicada no Diário Oficial do Estado e no site oficial da UNESP, obedecendo às diretrizes estabelecidas no artigo 7º da Lei Federal 14.133-2021.

**Parágrafo único** - As competências delegadas ao Diretor da Unidade Universitária, contidas neste Artigo, serão:

1. do Pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão no âmbito da Reitoria;

2. do Presidente do Grupo Administrativo no âmbito da Administração Geral dos Campi de Bauru e Botucatu.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos Agentes e Suas Atribuições**

## SEÇÃO I

### Das Competências do(a) Coordenador(a) da Coordenadoria de Administração

**Artigo 10** - Fica delegada ao(à) Coordenador(a) da Coordenadoria de Administração, e a seu(sua) substituto(a) legal, a prática dos seguintes atos:

**I** - a gestão do Plano de Contratações Anual da UNESP - PCAU, em especial:

**a)** dar impulso e controlar os prazos do processo de construção do Plano de Contratações Anual da UNESP - PCAU a partir dos Planos de Contratações Anual Setoriais - PCAS;

**b)** propor às Unidades Administrativas da Unesp o agrupamento das demandas de igual natureza visando a economia de escala e de custos na realização da licitação;

**c)** propor aos Diretores das Unidades a operacionalização de licitações visando a aquisição, contratação ou registro de preços de itens agrupados do Plano de Contratações Anual da UNESP - PCAU;

**d)** sintetizar os PCAs e emitir o relatório de execução do Plano de Contratações Anual da UNESP - PCAU e submetê-lo ao Pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão.

**II** - propor a implementação de alterações em procedimentos e em sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC necessários para operacionalização e gestão de licitações e contratos;

**III** - propor à Coordenadoria de Gestão de Pessoas e outros órgãos e entidades, temas para desenvolvimento técnico e capacitação às autoridades e áreas administrativas correlatas;

**IV** - propor à Assessoria Jurídica a adoção de Pareceres Jurídicos Referenciais a assuntos administrativos correlatos;

**V** - subdelegar suas atribuições a outros agentes públicos, mediante Portaria da PROPEG, a ser publicada no Diário Oficial do Estado e no site oficial da PROPEG, obedecendo às diretrizes estabelecidas no artigo 7º da Lei Federal 14.133-2021.

## SEÇÃO II

### Das Atribuições do(a) Diretor(a) Técnico(a) Administrativo(a)

**Artigo 11** - Fica delegada aos (às) Diretores(as) Técnicos(as) Administrativos(as), e a seus(suas) substituto(as) legais, a prática dos seguintes atos:

**I** - a gestão do Plano de Contratações Anual Setorial - PCAS, em especial:

**a)** dar impulso e controlar os prazos do processo de construção do Plano de Contratações Anual Setorial, a partir de documentos de formalização de demandas;

**b)** recusar as solicitações de aquisições e contratações, quando não houver a apresentação dos documentos necessários às formalizações das demandas, de responsabilidade dos requisitantes, tais como: estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, salvo nas hipóteses em que for dispensada a sua apresentação;

**c)** autorizar, mediante justificativa fundamentada, as aquisições e contratações não listadas no Plano de Contratações Anual Setorial;

**d)** emitir relatório de execução do Plano de Contratações Anual Setorial - PCAS e submetê-lo ao superior imediato.

**II** - subscrever o edital ou instrumento convocatório e determinar a sua divulgação;

**III** - aprovar, em despacho fundamentado, a informação da Seção Técnica de Materiais ou órgão congênere indicando a possibilidade de aquisição ou contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação e encaminhá-la à autoridade competente para autorização do procedimento;

**IV** - autorizar vistas aos processos administrativos;

**V** - em se tratando de Atas de Registro de preços;

- a) ratificar a proposta da Seção Técnica de Materiais para a licitação mediante o registro de preços e os seus respectivos aditamentos;
- b) propor a adesão da unidade às atas de outros órgãos e entidades da UNESP;
- c) manifestar-se em relação à solicitação da adesão de outros órgãos ou entidades da UNESP às atas de registros de preços da unidade.

**VI** - autorizar a alteração da ordem cronológica de pagamentos, devidamente justificada, nas hipóteses previstas no § 1º do artigo 141 da Lei Federal 14.133-2021;

**VII** - subsidiar o superior imediato com as informações necessárias para a decisão de recursos administrativos interpostos contra ato do agente de contratação, pregoeiro, leiloeiro ou comissão de contratação;

**VIII** - liberar, substituir e/ou restituir garantia;

**IX** - ratificar a proposta da Seção Técnica de Materiais para a alienação de bens móveis em condições inservíveis ou sem uso, em conformidade com a Norma Patrimonial vigente;

**X** - aplicar sanções de advertência e multa, conforme previsão dos artigos 5º e 6º da Portaria UNESP 135-2023;

**XI** - dispensar a aplicação de sanções, mediante justificativa fundamentada;

**XII** - encaminhar à autoridade superior recurso interposto contra atos sancionatórios cuja decisão tenha sido de sua lavra;

**XIII** - autorizar a abertura de processo administrativo, nos termos do artigo 11 da Portaria UNESP 135-2023;

**XIV** - avocar as competências dos demais agentes públicos que lhe são subordinados.

### **SEÇÃO III**

#### **Das Atribuições dos(as) Supervisores(as) das Seções Técnicas de Materiais**

**Artigo 12** - Fica delegada aos(às) Supervisores(as) das Seções Técnicas de Materiais, e a seus(suas) substituto(as) legais, a prática dos seguintes atos:

**I** - a operacionalização do Plano de Contratações Anual Setorial - PCAS, em especial:

a) consolidar as demandas, classificá-las em objetos de mesma natureza e propor alterações visando a economicidade e também para adequação ao plano de trabalho da Seção, visando o escalonamento de suas atividades de modo a melhor atender aos objetivos da aquisição ou contratação;

b) informar à Diretoria Técnica Administrativa os documentos, estudos e ações necessárias para a operacionalização das aquisições necessárias à execução do plano.

**II** - supervisionar os procedimentos necessários para as aquisições e contratações, mediante contratação direta ou licitação, conforme cronograma estabelecido no Plano de Contratações Anual Setorial - PCAS ou em atendimento às requisições da Coordenadoria de Administração para a aquisição, contratação ou registro de preços em conjunto com outras unidades, visando a economia de escala;

**III** - ao término do prazo de recursos e estando o processo apto à adjudicação e homologação, encaminhar os processos para deliberação da Autoridade Competente;

**IV** - analisar os casos de aquisições ou contratações em que seja possível a contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade, e produzir informação para aprovação pela Diretoria Técnica Administrativa e autorização pela autoridade competente;

**V** - em relação aos termos, instrumentos contratuais e instrumentos contratuais simplificados, cujas hipóteses de aplicação são previstas no artigo 95 da Lei Federal 14.133-2021 (Carta-Contrato, Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho), proceder:

a) o controle dos prazos para assinatura, entrega do objeto, reajustes e repactuações, aditamentos contratuais e extinção contratual;

b) a análise da viabilidade e vantajosidade ou a conveniência e oportunidade da prorrogação, alteração, reajuste, repactuação, do reequilíbrio econômico financeiro e da rescisão ou extinção do contrato;

c) as ações necessárias para a operacionalização da assinatura, entrega e recebimento do objeto, reajustes e repactuações, aditamentos contratuais e extinção contratual.

**VI** - ser responsável pela gestão dos contratos em conformidade com o artigo 18, podendo solicitar ao Diretor da Unidade a delegação de suas atribuições a servidor por ele indicado em qualquer hipótese, e devendo ser sempre delegado a outro servidor nas hipóteses de afastamentos e impedimentos legais;

**VII** - propor a alienação de bens móveis em condições inservíveis ou sem uso, em conformidade com a Norma Patrimonial vigente.

## **SEÇÃO IV**

### **Das atribuições dos(as) Supervisores(as) das Seções Técnicas de Finanças**

**Artigo 13** - Fica delegada aos(as) Supervisores(as) das Seções Técnicas de Finanças ou congêneres, e a seus(suas) substitutos(as) legais, a prática dos seguintes atos:

**I** - o controle dos pagamentos de fornecedores, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

- a) fornecimento de bens;
- b) locações;
- c) prestação de serviços;
- d) realização de obras.

**II** - a operacionalização do pagamento em ordem diversa da ordem cronológica de pagamentos, quando houver autorização do Diretor Técnico Administrativo, devidamente justificada, nas hipóteses previstas no § 1º do artigo 141 da Lei Federal 14.133-2021;

**III** - atualizar, mensalmente, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual alteração dessa ordem, e publicar ou remeter para publicação em seção específica de acesso à informação da unidade ou da Reitoria, conforme termos do § 3º do artigo 141 da Lei Federal 14.133-2021;

**IV** - nos termos do artigo 145 da Lei Federal 14.133-2021, abster-se de realizar pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, salvo quando devidamente comprovada a possibilidade de propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta;

**V** - a gestão dos cartões de pagamento a que se refere o § 4º do artigo 75 da Lei Federal 14.133-2021 e a devida publicação ou remessa para publicação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Funções e Suas Atribuições**

## **SEÇÃO I**

### **Dos(as) Agentes de Contratação**

**Artigo 14** - Será designado para atuar como agente de contratação e seus(suas) substitutos(as), preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente da UNESP, observado o disposto no artigo 7º da Lei Federal 14.133-2021 e o Código de Ética da UNESP.

**§ 1º** - O(a) agente de contratação e o(a) respectivo(a) substituto(a) serão designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no artigo 8º da Lei 14.133, de 2021.

**§ 2º** - Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o(a) agente de contratação poderá ser substituído(a) por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros, designados nos termos



do disposto no artigo 11 desta Portaria, conforme estabelecido no § 2º do artigo 8º da Lei 14.133, de 2021.

**§ 3º** - Nas licitações realizadas na modalidade Pregão o agente de contratação será denominado Pregoeiro.

**Artigo 15** - São atribuições dos agentes de contratação:

**I** - tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

**II** - durante a fase preparatória, propor as regras e condições necessárias para o atendimento dos interesses da UNESP, as exigências de habilitação; as sanções; os prazos e condições da contratação e de validade das propostas; os critérios de aceitabilidade dos preços e de encerramento dos lances, quando aplicável; os parâmetros para análise e avaliação de conformidade das propostas; e as condições de prestação de garantia de execução do contrato;

**III** - elaborar e submeter as minutas de editais e contratos à análise da Assessoria Jurídica da Universidade, observado o disposto no artigo 53 da Lei Federal 14.133-2021, nos casos de não utilização de minuta padrão adotada pela UNESP;

**IV** - coordenar os trabalhos da equipe de apoio, conduzir a sessão pública da licitação e promover as ações necessárias e dispostas no instrumento convocatório;

**V** - submeter o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade competente, com a proposta da adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do certame;

**VI** - convocar a adjudicatária para a assinatura do instrumento contratual;

**VII** - propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação, bem como a aplicação de sanções às licitantes, apontando os motivos de fato e de direito que ensejaram a proposta;

**VIII** - propor à Supervisão Técnica de Materiais a aquisição ou contratação via contratação direta nas hipóteses definidas na Lei Federal 14.133-2021;

**IX** - propor a realização dos instrumentos auxiliares previstos no artigo 78 da Lei Federal 14.133-2021, impulsionar e zelar pela sua adequada instrução;

**X** - nas contratações diretas, assegurar:

**a)** a adequada instrução do processo, conforme termos do artigo 72 da Lei Federal 14.133-2021 e realizar, quando cabível, as etapas exigidas em âmbito eletrônico;

**b)** a demonstração da motivação da contratação por esta via, da razão da escolha do fornecedor e da devida publicação do aviso, disposta no § 3º do artigo 75 da mesma lei;

**c)** a submissão do processo à autoridade competente, devidamente instruído, para o ato de autorização da contratação direta.

**XI** - em se tratando de Atas de Registro de preços:

**a)** gerenciar a ata de registro de preços e seus respectivos aditamentos, os acréscimos e as supressões na ata sob sua responsabilidade;

**b)** receber as demandas de aquisição dos itens registrados em ata e dar impulso aos procedimentos necessários até a efetiva entrega do objeto solicitado.

**XII** - assegurar o envio dos dados e demais publicações previstas em lei, referentes ao procedimento licitatório, contratação direta e execução contratual, ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

**XIII** - assegurar o envio dos dados e demais publicações previstas em lei, referentes ao procedimento licitatório, contratação direta e execução contratual, aos sistemas instituídos pelo Governo do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

**XIV** - assegurar a publicidade dos processos sob sua responsabilidade, salvo no caso da publicidade diferida a que se refere o parágrafo único do artigo 13 da Lei Federal 14.133-2021.

## **SEÇÃO II**

### **Da Comissão de Contratação**

**Artigo 16** - A designação de comissão de contratação composta por, no mínimo, 3 membros, preferencialmente servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente da UNESP, ficará a critério da autoridade competente nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, observados os requisitos estabelecidos no artigo 7º da Lei Federal 14.133-2021 e no Código de Ética da UNESP.

§ 1º - Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, nas licitações na modalidade diálogo competitivo é obrigatória a designação de comissão de contratação.

§ 2º - A critério da autoridade competente, nas licitações de bens ou serviços que produzam grande impacto econômico ou de caráter estratégico, também poderá ser designada comissão de contratação visando a mitigação de riscos.

§ 3º - A comissão de contratação poderá ter caráter permanente ou especial, podendo contar ainda com assessoramento técnico de profissionais contratados para essa finalidade.

§ 4º - As decisões da comissão de contratação serão registradas em ata, tomadas pela maioria de seus membros, sob a coordenação de servidor efetivo ou empregado público do quadro permanente da UNESP.

§ 5º - A impossibilidade da designação dos membros da comissão de contratação recair em servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes ao quadro permanente da UNESP deverá ser previamente justificada nos autos do processo da licitação.

§ 6º - Caberá à comissão de contratação exercer as mesmas atribuições do agente de contratação previstas no artigo 10 desta Portaria.

### **SEÇÃO III**

#### **Da Equipe de Apoio**

**Artigo 17** - A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pela autoridade competente, para auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação, observados os requisitos estabelecidos no artigo 7º da Lei Federal 14.133-2021 e no Código de Ética da UNESP.

§ 1º - À equipe de apoio cabe auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no desempenho das atribuições relacionadas no artigo 10 desta Portaria.

§ 2º - A equipe de apoio, sempre que possível, deverá contar com pelo menos um profissional com conhecimento técnico e/ou prático do objeto a ser contratado.

§ 3º - A equipe de apoio poderá ser composta por terceiros não servidores, contratados ou não, observado o disposto no artigo 9º da Lei Federal 14.133-2021, desde que justificada a necessidade.

### **SEÇÃO IV**

#### **Do(a) Gestor(a) de Contrato**

**Artigo 18** - Será designado para atuar como gestor(a) de contrato e seu(sua) substituto(a), preferencialmente servidores(as) efetivos(as) e empregados(as) públicos(as) do quadro permanente da UNESP, observado o disposto no artigo 7º da Lei Federal 14.133-2021 e no Código de Ética da UNESP.

§ 1º - O gestor(a) de contrato e seu (sua) substituto(a) serão pela autoridade competente para o acompanhamento da execução do contrato.

§ 2º - A designação dependerá da formalização de Termo de Ciência pelo agente designado.

§ 3º - Excepcional e motivadamente, a gestão do contrato poderá ser exercida por setor do órgão ou da entidade designado pela autoridade de que trata o caput.

§ 4º - Na hipótese prevista no § 3º, o titular do setor responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.

**Artigo 19** - O(A) gestor(a) de contrato e seu respectivo substituto(a), serão representantes da administração para exercer as seguintes atribuições:

**I** - acompanhar a execução contratual, com apoio dos fiscais do contrato, assegurando a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos;



**II** - examinar a documentação relativa ao recebimento das parcelas do objeto contratado, bem como o ateste e avaliação dos fiscais do contrato, diligenciando tempestivamente os descumprimentos de obrigações contratuais;

**III** - assegurar o empenhamento dos recursos para a manutenção dos contratos, bem como a liquidação e pagamento das parcelas recebidas e eventuais glosas, respeitando-se os prazos e condições pactuados no instrumento contratual;

**IV** - certificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e do cumprimento de demais obrigações previstas no edital ou instrumento convocatório durante toda a vigência do ajuste;

**V** - gerenciar o recolhimento, a devolução ou substituição de garantias contratuais;

**VI** - encaminhar providências administrativas para a aplicação de sanções à contratada sempre que constatado descumprimento de suas obrigações e, em especial, informar a autoridade competente quando da necessidade de formalização de processo administrativo de responsabilização de que trata o artigo 158 da Lei 14.133-2021;

**VII** - receber os pedidos de subcontratação, desde que haja previsão no edital e no contrato, encaminhar para manifestações de áreas técnicas envolvidas, e para posterior apreciação da autoridade competente;

**VIII** - nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária;

**IX** - emitir notificações à contratada, para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

**X** - analisar pedidos de alteração contratual, de prorrogação de prazos ou de vigência, de reajustes, de repactuação ou de reequilíbrio econômico-financeiro, consultando sempre que necessário os fiscais de contrato ou órgãos técnicos, a fim de subsidiar a decisão da autoridade competente;

**XI** - elaborar e submeter as minutas de termos de aditamento contratual à análise da Assessoria Jurídica da Universidade ou, na existência de parecer referencial ou congênere, garantir o cumprimento dos requisitos de sua utilização e após encaminhar os autos à autoridade competente;

**XII** - sanar dúvidas ou divergências administrativas relacionadas à execução do contrato;

**XIII** - assegurar o envio dos dados referentes ao contrato ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e aos sistemas do Governo do Estado e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e proceder outras publicações exigidas por lei;

**XIV** - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei 14.133-2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

## **SEÇÃO V**

### **Do(a) Fiscal de Contrato**

**Artigo 20** - Será designado para atuar como fiscal de contrato e seu(sua) substituto(a), preferencialmente servidores(as) efetivos(as) e empregados(as) públicos(as) do quadro permanente da UNESP, cuja designação tenha observado o disposto no artigo 7º da Lei Federal 14.133-2021 e no Código de Ética da UNESP.

**§ 1º** - O fiscal de contrato e seu(sua) substituto(a) serão designados pela autoridade competente para o acompanhamento da execução do contrato.

**§ 2º** - A designação dependerá da formalização de Termo de Ciência pelo agente designado.

**§ 3º** - As atribuições do fiscal de contrato não excluem, modificam ou reduzem as responsabilidades da contratada constantes no instrumento contratual e legislação vigente.

**§ 4º** - A execução contratual será acompanhada e fiscalizada mediante observação das condições abaixo, no que couber, e sem excluir outras hipóteses não descritas neste parágrafo, mediante a aferição:

1. dos resultados alcançados e pretendidos pela Administração no âmbito do contrato, com verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

2. dos recursos humanos empregados, em função da formação profissional exigida e da quantidade necessária ao atendimento do objeto;

3. da qualidade, quantidade e durabilidade dos recursos materiais utilizados;

4. da qualidade, organização e cuidado na execução do objeto;

5. da adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

6. do cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

**§ 5º** - Observadas a complexidade ou amplitude do objeto da contratação, será facultada:

**1.** a designação de mais de um fiscal de contrato pela autoridade competente, hipótese em que se deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles, considerando a fiscalização nos aspectos, operacional, técnico, administrativo e operacional;

**2.** a contratação de terceiros para assistir e subsidiar com informações pertinentes a atividade de fiscalização, hipótese em que a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmando termo de compromisso de confidencialidade, não se eximindo a responsabilidade do fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

**Artigo 21** - O(A) fiscal de contrato e seu(sua) respectivo(a) substituto(a), serão representantes da administração designados pela autoridade competente, para exercer as seguintes atribuições:

**I** - receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou extraordinárias para resolução de problemas na execução do objeto;

**II** - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências e sanar dúvidas ou divergências relacionadas à execução do objeto;

**III** - adotar as medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da entrega de bens, da realização de serviços ou da execução de obras;

**IV** - registrar em relatório de vistoria técnica, formulário de avaliação de serviços, ou outro documento pertinente, as ocorrências relevantes, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados e comunicá-las ao gestor do contrato;

**V** - comunicar à contratada, para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

**VI** - determinar a interrupção do fornecimento ou da execução dos objetos quando constatado risco ou imperfeição grave, fazendo-se a imediata comunicação ao gestor do contrato;

**VII** - nos contratos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra:

**a)** acompanhar a execução in loco e solicitar aos prepostos as eventuais correções que se fizerem necessárias;

**b)** manter registros dos empregados efetivamente envolvidos na prestação dos serviços;

**c)** solicitar os documentos e informações que entender necessários para as verificações quanto à regularidade do contrato individual de trabalho;

**d)** verificar e impedir a prestação de serviços por pessoas cuja regularidade acerca do contrato de trabalho não possa ser verificada ou que não seja comprovado o vínculo trabalhista com a contratada;

**e)** abster-se de exercer poder de direção sobre os empregados da contratada;

**f)** comunicar ao preposto da contratada e ao gestor do contrato as ocorrências relevantes relacionadas à gestão de pessoal.

**VIII** - nos contratos de prestação de serviços e de obras e serviços de engenharia:

**a)** nos termos do edital, requerer ou providenciar o(s) arquivo(s) de: projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRTs e demais elementos de instrução referentes a projetos arquitetônicos e complementares;

**b)** verificar o atendimento da obrigação quanto à correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais, e indicar locais para depósitos de materiais e equipamentos da contratada;

**c)** vistar o diário de serviços ou de obras, certificando-se de seu correto preenchimento, registrando os apontamentos necessários;

**d)** acompanhar a desmobilização do canteiro de obras ou local de depósito de materiais e equipamentos, dando recebimento do serviço ou obra apenas após a limpeza do local, conforme exigência do edital, termo de referência ou contrato.

**IX** - solicitar a realização de testes, exames e ensaios necessários para realizar controle de qualidade da execução do objeto;

**X** - determinar e zelar pela observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução exigíveis para o perfeito cumprimento do objeto;

**XI** - informar seus superiores e gestor do contrato, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes quando de situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

**XII** - fiscalizar e avaliar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

**XIII** - realizar, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições das entregas ou serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada;

**XIV** - conferir e atestar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

**XV** - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

**XVI** - emitir parecer em pedidos de alterações contratuais, reequilíbrio econômico financeiro e subcontratações;

**XVII** - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**XVIII** - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, observadas as seguintes condições:

**a)** decorrido o prazo previsto em contrato, após o recebimento provisório;

**b)** após autorização do gestor do contrato, mediante termo detalhado que demonstre o atendimento dos requisitos para o recebimento definitivo;

**c)** com o auxílio de comissão formalmente designada para esta finalidade, em se tratando de objetos complexos, e mediante a juntada da ata de reunião, devidamente assinada por todos os membros, com o registro das divergências e da decisão pelo recebimento definitivo.

**XIX** - propor a aplicação de penalidades à contratada, atendidas as formalidades legais.

**Parágrafo único** - Havendo a designação de mais de um fiscal, a divisão de tarefas e atribuições se dará conforme a responsabilidade conferida a cada tipo de fiscalização.

## **SEÇÃO VI**

### **Do Controle Interno**

**Artigo 22** - O agente de contratação, o pregoeiro, os gestores de contrato, os fiscais de contrato e demais autoridades competentes contarão com o apoio do órgão de controle interno da UNESP, conforme previsão do § 3º do artigo 8º da Lei Federal 14.133-2021, para o desempenho das funções essenciais à execução das suas funções.

**§ 1º** - O apoio de que trata o caput se dará das seguintes formas:

**1.** por meio de orientações gerais;

**2.** disponibilização de informações para prevenção de riscos e melhoria nos processos e procedimentos;

**3.** análise dos controles internos implantados pelos gestores ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as diretrizes institucionais visando a realização dos objetivos da UNESP.

**§ 2º** - Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de apoio se dará por meio de consulta específica, que conterà, de forma clara e individualizada, a dúvida técnica a ser dirimida.

**§ 3º** - Na prestação de apoio, a unidade de controle interno observará a existência de políticas e procedimentos institucionais, supervisão técnica e orientações provenientes das Coordenadorias da UNESP e se manifestará, em caráter orientativo, acerca dos aspectos de governança, gestão de riscos e consistência, qualidade e suficiência dos controles internos implantados pelos gestores.

**§ 4º** - Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação, o pregoeiro, os gestores de contrato, os fiscais de contrato e demais autoridades competentes considerarão eventuais manifestações apresentadas pelo órgão de controle interno.

**Artigo 23** - Caberá ao órgão de controle interno da UNESP, atuar no processo administrativo licitatório em conformidade com o previsto no artigo 169, incisos II e III, da Lei Federal 14.133-2021, observado o seguinte:

**I** - O responsável pela atuação na segunda linha de defesa será o Grupo Técnico de Gestão de Risco e Controle Interno, composto pelos (as) Controladores (as) Internos Regionais e sob a coordenação do (a) Responsável pelo Grupo.

**Parágrafo único** - Até que seja instituído na UNESP seu órgão central de controle interno, o(a) Reitor(a) poderá designar servidor responsável para exercício das atividades pertinentes ao órgão central de controle interno da UNESP, em caráter pró-tempore.

## **SEÇÃO VII**

### **Da Assessoria Jurídica**

**Artigo 24** - O agente de contratação, o pregoeiro, os gestores de contrato, os fiscais de contrato e demais autoridades competentes contarão com o apoio da Assessoria Jurídica da UNESP através de sua área de licitações e contratos administrativos, nos termos do § 3º do artigo 8º da Lei Federal 14.133-2021, para o desempenho das funções essenciais à execução das suas atividades.

**§ 1º** - O apoio de que trata o caput se dará por meio de orientações jurídicas gerais e específicas, podendo ocorrer através de consulta específica, que conterà, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida, sendo necessário demonstrar formalmente que previamente foram exauridas as consultas nas Coordenadorias Técnicas correlatas ao assunto, inclusive podendo ser por estas encaminhadas as consultas à Assessoria Jurídica.

**§ 2º** - Na prestação de apoio previsto no caput, a Assessoria Jurídica elaborará por sua área de licitações e contratos administrativos:

1. pareceres e informações específicas;
2. pareceres aprovando Minutas-Padrões;
3. pareceres referenciais elaborados nos termos da Portaria UNESP 409-2019;
4. demais orientações, comunicados, regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

**§ 3º** - Serão obrigatoriamente observados pelos agentes listados nesta Portaria, todos esses atos decorrentes de apoio da Assessoria Jurídica para todos os casos, de forma genérica, os Pareceres Referenciais emitidos e aprovados pela Assessoria Jurídica da UNESP que tratem ou venham a tratar sobre Contratação Direta, Licitações e Contratos e demais assuntos relacionados à Lei Federal 14.133-2021, bem como as Minutas-Padrões de Editais e Contratos aprovados pela Assessoria Jurídica através de Parecer vinculativo.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Disposições Finais**

**Artigo 25** - As competências definidas nesta portaria não excluem àquelas relacionadas à matéria de convênios e contratos de repasse.

**Artigo 26** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

(Proc. 1723-2021-RUNESP)

**(Republicada por conter incorreções)**

**FIM DO DOCUMENTO**

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo

**PORTARIA UNESP Nº 135 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNESP.**

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, expede a seguinte Portaria:

### **Capítulo I Das Disposições Preliminares**

**Artigo 1º** - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

### **Capítulo II Das Definições**

**Artigo 2º** - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal nº 14.133/2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I – Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

II - Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

III – Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

IV – Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento ou de execução.

V – Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 (dez) UFESPs.

VI – Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

### **Capítulo III** **Das Infrações**

**Artigo 3º** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**Capítulo IV**  
**Das Sanções**  
**Seção I**  
**Das Espécies de Sanções**

**Artigo 4º** - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§1º** Na aplicação das sanções serão considerados:

1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

2 - as peculiaridades do caso concreto;

3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§2º** A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

**§3º** Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

**§4º** Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela



resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **Seção II**

### **Da Sanção de Advertência**

**Artigo 5º** - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## **Seção III**

### **Da Sanção de Multa**

**Artigo 6º** - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Artigo 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

I - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

II - Multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - Multa contratual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

a) Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento), calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;

b) Multa de mora de 0,4% (quatro décimos por cento) calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.

**§1º** Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

**§2º** As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

**§3º** A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratado.

**§4º** Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

**§5º** As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

- 1 – Descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;
- 2 – Compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;
- 3 – Cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.
- 4 – Cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 (trezentas) UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

**§6º** Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

**§7º** No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

**§8º** A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:

1 - Após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados.

2 - A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

3 - A contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

**§9º** O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 (quinze) dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

#### **Seção IV**

##### **Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 7º** - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**Parágrafo único** - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

#### **Seção V**

##### **Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 8º** - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V,

VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **Seção VI**

### **Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções**

**Artigo 9º** - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Artigo 10** - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

I - Nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado.

II - As sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada.

III - A Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV - A extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal n. 9.830/2019.

V - Para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal n. 4.657/1942, modificada pela Lei n. 13.655/2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal n. 9.830/2019 que o regulamenta.

## **Seção VII**

### **Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções**

**Artigo 11** - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

**Parágrafo único** - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual n. 10.177/1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

## **Seção VIII Dos Cadastros e Comunicações**

**Artigo 12** - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

**Artigo 13** - No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

**Parágrafo único** - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei nº 14.133/2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

**Artigo 14** - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de "Apenados" do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## **Capítulo V Das Disposições Finais**

**Artigo 15** - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 16** - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

**Artigo 17** – Permanecem regidos pela Portaria UNESP nº 6, de 13 de janeiro de 2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei nº 8.666/93 ou da Lei 10.520/2002.

**Artigo 18** - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Processo nº 1723/2021-RUNESP)

A handwritten signature in black ink, appearing to read "P. Barretti", is positioned to the left of the digital signature information.

Assinado de forma  
digital por PASQUAL  
BARRETTI:03443039855  
Dados: 2023.12.20  
13:52:58 -03'00'

**PASQUAL BARRETTI**  
**Reitor**

**ANEXO III**  
**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**  
(em papel timbrado da licitante)

**1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

Razão Social:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Conta do Banco do Brasil

Agência:

C/C:

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
02						
03						
(...)						

- PROCESSO: 188/2024-FCL/CAr

- DISPENSA: 001/2024

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

- Prazo de entrega: 07 dias

- Local de entrega: UNESP-Faculdade de Ciências e Letras/Car, Almoxarifado (Prédio da Administração, sala 29), Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1, Campus Ville, Araraquara-SP, CEP 14.800-901

- Prazo de garantia:

- Forma de pagamento: prazo de 30 dias (trinta dias), depósito no Banco do Brasil

*Observação:* Na cotação deverão estar inclusos, além do lucro, todos os custos diretos ou indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do contrato.

A proponente deverá atender as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência, e ao final da proposta declarar que os materiais ofertados atendem plenamente ao solicitado.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)